

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO



Considerando:

1. Estar em curso um conjunto de iniciativas que visam informar a população e os agentes cuja atuação seja próxima dos consumidores, nomeadamente os mais carenciados, sobre o processo de transição da televisão analógica para a digital, designada por TDT, que terá o seu epílogo respetivamente a 12 de janeiro de 2012 (para os emissores e retransmissores que asseguram sensivelmente a cobertura de uma faixa litoral do território continental) e a 26 de abril de 2012, para os restantes emissores e retransmissores do território continental);
2. Ser essencial que as Autarquias, diretamente ou através da sua participação em organismos e entidades de apoio social, participem neste desígnio nacional que a todos envolve, nomeadamente apoiando através de informação personalizada, os que dela mais carecem, através dos meios e logística existente e já implementada;
3. Que o ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM), entidade reguladora das comunicações eletrónicas, no âmbito das suas competências como tal consagradas, coordena o processo de transição da televisão analógica para a digital;
4. Que o Município do Porto, através da Câmara Municipal, tem condições de mobilizar a "Rede Social do Porto", os "Gestores de Entrada dos Bairros Sociais" e os elementos colaboradores do programa "DomusSocial", entre outros.

Considerando ainda:

5. Que no âmbito das obrigações estabelecidas no DL 123/2009 de 21 de maio, o seu artigo 24º determina que "as entidades referidas no artigo 2.º que detenham infra-estruturas aptas a alojar redes de comunicações eletrónicas, as empresas de comunicações eletrónicas, bem como as entidades que detenham infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que sejam utilizadas por estas, devem elaborar, possuir e manter permanentemente actualizado um cadastro do qual conste informação descritiva e geo-referenciada das infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, nomeadamente, condutas, caixas, câmaras-de-visita, e infra-estruturas associadas";

- A 2
6. Que compete ao ICP-ANACOM a concepção, a gestão e a manutenção, acessibilidade e disponibilidade do SIC, assegurando a disponibilização da seguinte informação: a) procedimentos e condições de que depende a atribuição dos direitos de passagem previstos no artigo 6.º; b) anúncios da construção de infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas nos termos previstos no n.º 6 do artigo 7.º e no artigo 9.º; c) cadastro, contendo informação geo-referenciada, completa e integrada de todas as infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas detidas pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 24.º, incluindo as ITUR públicas a que se refere o artigo 31.º; bem como d) procedimentos e condições aplicáveis ao acesso e utilização de cada uma das infra-estruturas referidas na alínea anterior.
 7. Que está em curso a seleção da entidade que irá gerir o SIC, sendo uma das suas obrigações, testar a solução apresentada numa zona piloto;
 8. Que o Município do Porto, através da entidade por ela participada, Porto Digital, está disponível para ser a referida zona piloto.

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração

Entre:

Primeiro Outorgante – **Município do Porto**, pessoa colectiva n.º 501306099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto, representado pelo Vereador Engº Vladimiro Mota Cardoso Feliz, de ora em diante designado por **Município**.

e

Segundo Outorgante – **ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM)**, pessoa coletiva n.º 502017368, com sede na Av. José Malhoa, nº 12 – 1099-017 em Lisboa, representado pelo Dr. Mário de Freitas, para o efeito mandatado pelo Conselho de Administração na sua reunião de 13 de janeiro de 2012, nos termos e para os efeitos da alínea f) do artigo 26º do Decreto-Lei nº 309/2001, de 7 de Dezembro, de ora em diante designado por **ICP-ANACOM**

que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Âmbito

1. O presente protocolo estabelece as formas de colaboração entre o **Município** e o **ICP-ANACOM**, tendo em vista a divulgação de informação sobre o processo de transição da televisão analógica para a digital, designada por TDT, junto da população e dos agentes cuja atuação seja próxima dos consumidores, nomeadamente os mais carenciados.
2. O presente protocolo estabelece ainda as formas de colaboração entre o **Município** e o **ICP-ANACOM**, tendo em vista a constituição do Município do Porto, através da entidade por ela participada, Porto Digital, como zona piloto de teste ao SIC, nos termos que vierem a ser definidos com a entidade que irá prosseguir a prestação de serviços de gestão do SIC.

CLÁUSULA SEGUNDA

Compromissos das partes

1. Tendo em vista a divulgação de informação referida no número um da cláusula anterior, as partes comprometem-se a:
 - a) O Município disponibilizará o local e os meios adequados, bem como organizará uma sessão informativa sobre o processo de migração para a TDT, convidando para o efeito as entidades tidas por convenientes, nomeadamente as que de perto lidam com as populações mais fragilizadas e carentes de informação sobre este processo de transição.
 - b) O Município, mediante os suportes entendidos por adequados (facturas de água, newsletter, sitio da CMP e outros) disponibilizará às populações da sua área de intervenção, a informação facultada pelo ICP-ANACOM.
 - c) O ICP-ANACOM, através dos seus colaboradores, realizará uma sessão informativa sobre o processo TDT, bem como disponibilizará todo o material de sua propriedade, com informação relevante sobre o processo de transição para a TDT, nos formatos disponíveis.

- A. d
2. Tendo em vista a constituição do Município como zona piloto de teste ao SIC referida no número dois da cláusula anterior, as partes comprometem-se a:
- a) O Município, nos termos das disposições constantes do DL 123/2009 de 21 de maio, nomeadamente do nº 3 do artigo 24º, elaborará e disponibilizará no SIC as informações nele previstas, nos termos e com o formato definido pelo ICP-ANACOM.
 - b) O Município assegurará a permanente atualização dessa informações e, sempre que lhe seja solicitado, prestará ao ICP-ANACOM todos os esclarecimentos e elementos necessários com vista à sua introdução no SIC.
 - c) O ICP-ANACOM obriga-se a promover conjuntamente com a entidade a quem forem contratados os serviços de gestão do SIC, em data e local a acordar, a realização de sessões de esclarecimento e trabalho com vista à constituição do Município como zona piloto de teste ao SIC.
3. Assentando o SIC num princípio de partilha de informação e de reciprocidade, a ele podendo aceder as entidades que assegurem o cumprimento das obrigações necessárias à inclusão das informações naquele sistema, nos termos previstos no DL 123/2009 de 21 de maio, através de uma rede eletrónica privativa à qual podem aceder, remotamente, as entidades indicadas no artigo 2.º desse diploma, as empresas de comunicações eletrónicas e, ainda, as entidades reguladoras sectoriais, que, cumprindo as condições previstas no número anterior, quando estas lhes sejam aplicáveis, obtenham credenciais de acesso junto do ICP-ANACOM, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, é proibida a obtenção de remuneração, por via direta ou indireta, pela reutilização dos documentos ou informações do SIC.
4. As contribuições de cada uma das partes aqui referidas, não terão quaisquer custos para a outra, não lhe sendo devidas quaisquer quantias a qualquer título.
5. Cada parte designará um responsável ao nível de cada entidade que terá como objectivo ser o interlocutor privilegiado para o relacionamento entre as duas entidades.

CLÁUSULA TERCEIRA
Alteração ou revisão

Qualquer alteração ou revisão ao presente Protocolo de Colaboração deverá ser reduzida a escrito e assinada por ambas as partes.

CLÁUSULA QUARTA
Incumprimento e rescisão do Protocolo

A falta de cumprimento do presente Protocolo ou desvio dos seus objectivos, por parte dos Outorgantes, constitui justa causa da sua rescisão.

CLÁUSULA QUINTA
Comunicações

Todas as comunicações relativas a este Protocolo deverão ser dirigidas para as moradas acima identificadas comprometendo-se as partes, desde já, a comunicar qualquer alteração às mesmas.

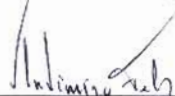
CLÁUSULA SEXTA
Prazo de Vigência

O presente Protocolo de Colaboração tem início na data da sua assinatura e termina quando estiver concluída a transição do sistema de televisão analógica para a digital (26 de Abril de 2012) e a implementação do Sistema de Informação Centralizado (SIC), caso este venha a acontecer nos moldes previstos e nos termos do Decreto-Lei 123/2009 de 21 de Maio.

Por ser esta a vontade livremente expressa pelas partes Outorgantes, vão elas assinar o presente Protocolo de Colaboração, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

Porto, 13 de Janeiro de 2012.

Pelo **Município do Porto**



Pelo **ICP-ANACOM**

